
IMPLICAÇÕES E INSTABILIDADE DE UM MARANHÃO SOJICULTOR

Sávio José Dias Rodrigues
Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFC
saviodiasbr@gmail.com

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar
Universidade Federal do Ceará
famaro@ufc.br

RESUMO

Analisa as formas de apropriação do território pelo agronegócio e a resistência do campesinato no Maranhão, abordando, para isso, o avanço da cultura da soja nesse Estado, bem como o modelo de desenvolvimento por este escolhido, além da espacialização dos conflitos, no período de 1997 a 2007.

Palavra-Chaves: Territorialização, Campesinato. Expansão da Soja. Luta pela Terra.

ABSTRACT

Examines the ways of appropriations of the territory for agribusiness and the resistance of the peasantry in the Maranhão, addressing, for this, the advancement of the soybean crop in this State, and the development model chosen, beyond spatialization of conflicts, in the period 1997 to 2007.

Words-Key: Campesinato. Expansion of Soybeans. Fight for the Earth.

Introdução

Este texto tem o intuito de analisar as formas de apropriação do território pelo agronegócio da soja e a resistência do campesinato nas regiões de avanço da cultura da soja, principalmente no cerrado maranhense, na área da microrregião administrativa de Gerais de Balsas, no período de 1997 a 2007. Compreendemos que a resistência camponesa no Maranhão, no início do século XXI, resulta da análise dos inúmeros fatores que cercam os camponeses, desde a conjuntura local, passando pela nacional/internacional, com a verificação dos impactos dos projetos de desenvolvimento numa escala macro e micro-espacial, suas relações de classe, até as formas em que o campesinato imprime sua resistência ou ainda a sua subalternidade aos processos do capital. Assim, por ser uma análise de grande amplitude, não pretendemos investigar estes sujeitos em seus vários ângulos, e, obedecendo a essa limitação, nos propomos estudá-los por meio da territorialidade, expressa pelo movimento de expansão e desenvolvimento do campesinato e do agronegócio, visualizadas na mudança de paisagem, e da percepção dessas duas categorias sociais distintas.

O campesinato se produz e reproduz, reelaborando territórios pela sua vivência, mediante sua relação com o espaço, confundida com sua reprodução. Assim, eles se organizam no espaço e na sua produção material, produzem a própria existência. É importante se notar que o conceito de espaço é visto como o conjunto dos fixos e fluxos, os primeiros como elementos em cada lugar, que permitem ações que os modificam, enquanto os fluxos são resultado direto das ações. Podemos, ainda, arrolar outro par de categorias, como a configuração territorial e as relações sociais (SANTOS, 2002).

O desenvolvimento do campesinato no Maranhão está ligado às formas de produção do espaço no Estado, com os movimentos de apropriação do capital nas áreas de fronteira, como é explicado por Martins (1975), ao refletir sobre as frentes pioneira e a de expansão.

O avanço da agricultura capitalista, além de criar em suas margens um campesinato, também, entra em contradição com este, pela expropriação direta, que ocorria por via da separação por completo deste de seu meio de produção, a terra, pela exploração da sua força de trabalho, chegando algumas vezes a super exploração, ou ainda de maneira indireta, com a subordinação da produção ao mercado. Nesse sentido, a fronteira da moderna agricultura significa o movimento do próprio capital de reprodução e ampliação da acumulação, bem como de apropriação territorial.

O Brasil, desde a colonização, participou do ciclo do capital como território agroexportador, ou seja, produzindo para exportar produtos primários. Assim foi com a cana-de-açúcar, o algodão, o café etc. Esses ciclos de culturas no Brasil foram consequência de mudanças na divisão internacional do trabalho e do papel que cabia ao Brasil. Até mesmo o surto industrial ocorrente de 1930 até o período militar, passando pela década de 1980, bem assim a recente reinserção do Brasil como país exportador de produtos agroindustriais na nova forma da divisão internacional do trabalho, são consequência da fase de reprodução ampliada do capital.

Principalmente, da década de 1970 em diante, as fronteiras agrícolas foram representadas pela cultura da soja nas regiões de cerrado brasileiro, que avançam em um ritmo devastador em direção à Região Amazônica, apropriando-se cada vez mais dos territórios dos povos do campo, a exemplo dos camponeses ao expropriá-los e expulsá-los.

Na década de 1980, esse movimento de territorialização do capital foi sentido vigorosamente no oeste da Bahia, no sul do Piauí e no Maranhão. Esse último Estado torna-se uma das grandes fronteiras da soja, fato sentido principalmente pelas suas consequências mais assinaladas, como o desmatamento de áreas cada vez maiores e os conflitos de terra em decorrência da expropriação em massa do campesinato local. Esse movimento de territorialização do capital expropria o campesinato, subordina-o e modifica a paisagem. A produção da pobreza é um dos elementos para a mobilização do campesinato em confronto com esse modelo de “desenvolvimento” amplamente acatado pelo Estado.

A Gênese do Campesinato Maranhense e sua Apropriação Territorial

O debate acerca da gênese da sociedade brasileira e do modo de produção ao qual ela se refere é importante para situar as referências a respeito das relações de trabalho que se verificam atualmente no campo brasileiro.

As discussões que cercam a questão agrária nacional quanto aos modos de produção verificados na sociedade brasileira no período colonial nos remete inicialmente a duas teses principais, expressam como de destacada importância quanto à análise da relação campesinato e desenvolvimento do modo de produção. Nesse âmbito, temos, primordialmente, a reflexão de teóricos que vinculam as relações de trabalho não intermediadas pelo salário, como vestígios de uma relação tipicamente feudal, ou seja, verificam, a partir daí, que temos ainda na sociedade brasileira “restos feudais”, mais precisamente querendo dizer que, na sociedade brasileira, houve vários modos de produção até se chegar ao que reconhecemos como capitalismo. Essa tese foi muito difundida entre o Partido Comunista Brasileiro, que pregava, inclusive, a defesa de uma revolução burguesa para que dessa forma se acabasse com os “restos feudais”. Teóricos como Alberto Passos Guimarães (1989) e Nelson Werneck Sodré (1987) fazem parte dessa corrente, segundo a qual sociedade brasileira passou por diversos etapas, desde as comunidades primitivas, passando pelo feudalismo colonial, até se chegar ao capitalismo com a coexistência desses dois últimos.

Antagonicamente a esse pensamento, que vigorou até a década de 1960, Caio Prado Jr. (1986) exprime que essa é uma forma equivocada de se examinar a gênese da sociedade brasileira. Sua tese tem como base a análise das instituições do barracão e do cambão, relações não intermediadas pelo salário, para dizer que estes vínculos são, na verdade, capitalistas em essência, pois o pagamento é feito com as partes da produção, portanto, no Brasil, ocorreu um “capitalismo” colonial.

Martins (1997), ao explicar as formas assumidas pelo modo de produção nas regiões de fronteira, acentua a respeito das relações não capitalistas de trabalho, no caso, a escravidão, ou, melhor exprimindo, “formas coercitivas extremadas de exploração capitalista”, mas que a explicação também está ligada a outras maneiras de explorar o trabalho.

Essas formas coercitivas extremadas da exploração capitalista surgem onde o conjunto do processo de reprodução capitalista do capital encontra obstáculos ou não encontra as contradições sociais econômicas adequadas a que assumam, *num dos movimentos* do seu encadeamento, a forma propriamente capitalista. (MARTINS, 1997, p. 85).

Podemos, então, compreender que o capitalismo se reproduz de maneira diferenciada. Nas regiões de fronteira, onde esse processo é mais evidente, podemos encontrar tanto a expropriação direta como a expropriação indireta do campesinato. Esse não-aparecimento da expropriação direta, mas com a ligação do campesinato, juntado a “economia do excedente” à economia de mercado, nos remete a Wilkinson (s/d), para quem as formas aparentemente não capitalistas se relacionam de maneira diferente com o produto do trabalho camponês, “[...] substituindo a clássica expropriação dos meios de produção do campesinato pela expropriação de sua produção.” (WILKINSON, s/d, p. 15). Importa aqui é compreender o grau de subordinação do campesinato que se formou no Brasil e as formas criadas pelo modo de produção capitalista, e que no Maranhão não foi diferente.

Na Unidade da Federação em estudo, essa relação entre capital e campesinato tomou o sentido de frente, em que o desenvolvimento da frente de expansão resulta do grau de desenvolvimento da frente pioneira, mais precisamente do grau de expropriação que essa frente imprimiu.

Essa relação é expressa por Martins (1975), com base no conceito de frente de expansão e de frente pioneira. A segunda se configura como a fronteira econômica da “sociedade de mercado”, que tem como fato fundamental e significativo a cidade e a modernização. Ele afirma que “a frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado” (MARTINS, 1975, p. 45). Ainda de acordo com esse autor, a frente pioneira não é consequência da sociedade capitalista, mas, resultado das necessidades de reprodução desta. Já quanto à frente de expansão, esta se insere como a “*economia do excedente*”, caracterizada pelas atividades que nela se encontram, com vistas, inicialmente à subsistência, e, somente secundariamente, à troca de produtos excedentes. Ela se caracteriza como um “estado de insuficiência econômica”, integrando-se à economia de mercado tanto pela sua absorção do excedente demográfico como pela produção de excedentes, configuradas como mercadoria na economia de mercado.

Na compreensão de Andrade (1973), o campesinato formado no território maranhense pode ser visto pelo movimento de dois sujeitos. O primeiro, que ele caracteriza como o “migrante nordestino”¹, o qual tem a sua saída do “Nordeste”, ligada à concentração fundiária decorrente dos grandes latifúndios. O segundo sujeito é o “caboclo” cuja sobrevivência basicamente está vinculada à extração do babaçu, indicando-o como homem pobre e inculto que vive no campo e trabalha no meio rural. Os “caboclos maranhenses”, formados por caboclos autênticos e por mulatos, se deslocaram para o interior através dos rios, sobretudo o Itapicuru. Estes sujeitos se limitaram às margens dos rios, no meio do babaçual, onde o índio dificilmente ia atacá-los e o alimento era abundante. Andrade (1973) explica os seus movimentos de penetração, na idéia de que “se subiu o Itapicuru, cultivando a terra com algodão, o fêz sob a direção do senhor, sequioso de riquezas, logo, porém, que se tornava livre abandonava o trabalho e ia viver em uma choça dedicando-se à caça, à pesca e à coleta.” (P. 76).

É importante frisar que o estudo feito do caboclo participe da ocupação territorial do Maranhão situa o desenvolvimento das comunidades que se formaram aí nas trocas do excedente com a economia de mercado. No resto, ele se refere à preguiça do caboclo e ao imobilismo para o trabalho pesado.

O migrante nordestino, normalmente, vêm do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas e da Bahia, provindos do sertão ou do agreste (ANDRADE, 1973). Esse mesmo autor assim se refere a este sujeito: “O nordestino que se retira de sua terra premido em parte pela seca e em parte pelas condições sociais adversas – má distribuição da propriedade e despotismo dos coronéis”, (ANDRADE, 1973, p. 81). Eles se multiplicaram nos altos cursos dos rios Mearim, Grajaú, Pindaré e Turiaçu, atravessaram a floresta, principalmente, pelas picadas do telégrafo, e BR-22, em direção à região de Gurupi. Passaram o rio Parnaíba em dois trechos, em Teresina e em Floriano, formando quatro correntes, basicamente, uma que se dirigiu de Teresina na direção dos Municípios de Pindaré-Mirim (MA) e do Alto Turi (MA); a segunda, que seguiu de Teresina, passando pelo Município de Barra do Corda (MA) e chegando a Imperatriz (MA); a terceira partiu de Floriano até chegar a Imperatriz; e a última saiu de Floriano até chegar no Município de Carolina (MA).

O movimento destes migrantes em direção ao oeste do Maranhão é fruto da dinâmica de ocupação por eles promovida, atravessando os cocais e os cerrados à procura de mata virgem, as quais destroem

com fogo, e cultivam a terra com produtos alimentícios, principalmente, com arroz. A terra, que logo se esteriliza, os faz caminhar mais adiante, derrubando mais trechos de floresta. Andrade (1973, p. 85) explica que “às vezes êle aí deita raízes, fixa-se por muitos anos; mas quase sempre, após dois ou três anos a terra começa a dar colheitas reduzidas ou o ‘grileiro’ aparece cobrando a renda do roçado”.

A subordinação desse camponês que vai se formando no território maranhense é assim expressa:

Enquanto a lavoura cresce, compra fiado ou toma empréstimos aos comerciantes localizados nas proximidades a juros altos (7 a 8% ao mês). A venda da produção fica assim comprometida por preços inferiores aos dominantes na época da colheita. (ANDRADE, 1973, p. 86)

O conflito pode ser aí resumido com a chegada do grileiro, que cobra a terra ou a renda. Obriga, dessa forma, o camponês a permanecer sob a condição de pagar a renda ou de seguir para outras regiões. Na negação do reconhecimento da propriedade, os grileiros ameaçam, espancam e até matam os posseiros.

A denominada “frente nordestina” não se desloca para o território maranhense numa movimentação linear mas, segue de forma heterogênea, tanto espacial como temporalmente. No lugar em que esse campesinato se fixa, funda os “centros”, reúne suas moradias e estabelece relações de solidariedade com os que vão chegando. Como o trabalho se torna bastante pesado, em decorrência da mata densa, este convida parentes ou amigos para compor os centros. O primeiro a chegar é chamado de “sitiante”, e normalmente é o “ponta de frente”. Em decorrência dessa dinâmica de ocupação, fica explicado o grande número de comunidades ou municípios com a denominação de “centro”, como, por exemplo, as comunidades de “Centro do Meio”, “Centro do Henrique”, localizadas no Município de Esperantinópolis, próximo a Pedreiras, percurso dos migrantes da frente que se deslocou para o Município de Pindaré-Mirim.

É importante destacar o grau das relações internas dessas comunidades camponesas, ocorrente nas unidades familiares (parentesco, compadrio, vizinhança), que são responsáveis pelas inúmeras relações de trabalho, cooperação ou de troca.

Formas de Apropriação Capitalista do Território no Limiar do Século XXI

A discussão feita na primeira parte deste texto é fundamental para situar-nos a respeito do modo de produção ou no que concerne à coexistência de formas diversas no modo de produção; ou seja, numa determinada fase do modo de produção, esta pode conter várias formas que podem se assemelhar a outros modos de produção, o que já foi explicado como fazendo parte, em última instância, da reprodução deste modo de produção. Nesse sentido, é relevante o que Poulantzas nos explica no tocante à tipologia do Estado capitalista, ao fazer a relação entre o tipo de Estado e o determinado estágio de uma formação social, quando escreve “[...] que uma formação social historicamente determinada decorre da coexistência de vários modos de produção.” (POULANTZAS, 1977, pp. 139-140); significa exprimir que o modo de produção não se apropriou do território de forma homogênea, mas se desenvolveu como anota Gorender (1994), como não pronto e acabado, não perfeito em suas características.

Mesmo a fronteira agrícola não é unilateral, ou homogênea, assim como demonstrou Andrade (1973), em discussões feitas na segunda parte deste trabalho. De fato, o modo de produção se apropriou de maneira disforme, muitas vezes criando territórios não contíguos.

Nesse caso, percebe-se como a apropriação do território pelo modo de produção ocorreu de maneira seletiva, ou seja, a produção do espaço vai obedecer às necessidades do modo de produção, criando pontos diferenciados no território. Nessa dinâmica, o modo de produção criou pontos luminosos e lugares de reserva (SANTOS, 1996). Os pontos luminosos colocam-se como pontos de reprodução do capital em regiões anteriormente relegadas, ou que em tempos passados eram delegados a outras atividades produtivas. No Nordeste, vários espaços agrários se expressam como pontos luminosos na reprodução do capital: o baixo vale do rio Açu (RN), que integra também o baixo vale do rio Jaguaribe (CE); a região de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), além dos arranjos produtivos de grãos, como no sul do

Maranhão, com a cidade de Balsas polarizando essa atividade; o sul do Piauí, com a cidade de Uruçuí; e o oeste da Bahia, especificamente com a cidade de Luis Eduardo Magalhães.

Para Elias (2006) vivemos novo momento, outro período histórico, com base, sobretudo, na globalização da economia, em que a reestruturação da produção é um dos vetores de promoção e de explicação desse fenômeno. Nesse contexto, a reestruturação da atividade agrícola, com incremento das técnicas modernas na agricultura, é um vetor explicativo. Assim, a mesma autora se refere a esse fenômeno:

Mas a reestruturação da agropecuária no campo, com todas as possibilidades advindas da revolução tecnológica, processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva. Diante disto, manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento. (ELIAS, 2006, 28).

Mais do que isso, privilegiou algumas classes, aumentando a concentração de terras e de renda, excluindo grande parte da população rural e acarretando um quadro de pobreza consideravelmente.

Elias lembra, ainda, o campo nordestino é estudado por vários autores até a década de 1980 no seio das transformações da agropecuária brasileira, analisando-o como sendo um subsetor arcaico baseado na estrutura fundiária concentrada, na grande propriedade e na pequena exploração. Essa análise, porém, é anterior às novas dinâmicas socioeconômicas traduzidas pela nova divisão internacional do trabalho.

As novas regiões de apropriação do espaço pelo capital são os “pontos luminosos” nessa nova dinâmica, representando pontos de ligação da região anteriormente esquecida com a globalização. Os processos partes desse fenômeno de “iluminação” da região Nordeste são representados pela fruticultura irrigada e a cultura da soja. A inserção desses lugares de reserva aconteceu intensivamente no modelo econômico adotado no mandato de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002.

No Maranhão, tal processo, foi evidenciado pela expansão da agricultura da soja, ou a moderna feição desta cultura, que avança sobre os cerrados do sul do Estado, principalmente. Essa atividade no Estado é polarizada pelo Município de Balsas, localizado na Microrregião de Gerais de Balsas, que compreende ainda os Municípios de Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, Feira Nova do Maranhão e Riachão. As tabelas 1 e a tabela 2 demonstram essa expansão com o aumento da produção e da área colhida.

Tabela 1: Produção das principais lavouras temporárias entre 2002 e 2007

Lavouras temporária	Produção (T)					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Soja	561.718	660.078	903.998	996.909	931.142	1.125.094
Arroz (em casca)	628.672	689.051	733.484	673.291	699.875	683.095
Feijão (em grão)	29.208	32.067	34.926	35.682	39.997	44.335

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

Quando interpretamos os dados da Produção Agrícola Municipal (2008), comparando a produção das lavouras temporárias do arroz, do feijão e da soja, no período de 2002 a 2007, percebemos que a soja teve um aumento na produção de aproximadamente 100%, enquanto a cultura do arroz foi objeto de um pequeno acréscimo de aproximadamente 8%, e de 50% para o feijão, (ver tabela 1).

Com relação à área colhida constatamos que a soja aumentou em 62%, já o arroz apenas 5% e o feijão teve sua área crescida em aproximadamente 35% (ver tabela 2). Entretanto, ao estudarmos aumento da produção e da área colhida do arroz e do feijão o comparativo anual destes produtos na Micro-região de Gerais de Balsas, tabela 3, percebemos com clareza esta territorialização.

No período de 2002 a 2007, a produção de soja aumentou em aproximadamente 325%, sendo que a de arroz teve decréscimo de 4% nesse mesmo período. A substituição de produtos da agricultura camponesa pela cultura da soja é a primeira evidência da modificação da paisagem pelo agronegócio. Quando a produção camponesa aumenta, é mais resultado da abertura de lavouras em áreas onde a soja não pode ser plantada, como em serras ou terrenos não planos, do que da substituição de lavouras.

Tabela 2: Área colhida das principais lavouras temporárias entre 2002 e 2007

Lavouras temporária	Área colhida (ha)					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Soja	238.173	275.252	340.403	372.074	382.886	384.474
Arroz (em casca)	478.171	496.233	516.740	527.013	501.752	503.664
Feijão (em grão)	67.476	71.613	76.168	78.025	85.432	91.607

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

Esse arranjo produtivo implementado no Maranhão é havido por Elias (2006) como “modelo do Centro-Oeste”, que no Nordeste abrangia inicialmente o oeste da Bahia, e se espacializou para o sul do Piauí e do Maranhão. Esse arranjo espacial é comandado de forma globalizada por multinacionais como a Cargill, que é sediada no Município de Barreiras, Bahia, e a Bunge, em Eduardo Magalhães, na Bahia, e Uruçui, no Piauí. Estas duas empresas comandam a produção de soja por meio de centenas de pequenos, médios e grandes produtores agrícolas. Elas compram a produção e participam da moagem do grão, numa espécie de parceria, estabelecendo uma relação de subordinação por parte dos produtores agrícolas, mediante empréstimos que estas empresas concedem, substituindo as instituições financeiras no custeio da produção. Esse processo atrai uma série de produtores agrícolas de outras regiões, como os migrantes “gaúchos”, designação conferida por Andrade (1981) ao estudar essa migração relacionada à expansão da agricultura da soja. Na verdade, esses migrantes são tanto do Rio Grande do Sul, do Paraná ou de São Paulo, de fronteiras anteriormente ocupadas. A migração desses “gaúchos” é também decorrente da valorização das terras nas regiões de origem e do preço baixo que encontram nos Estados de destino.

Tabela 3: Produção das principais lavouras temporárias na Microrregião de Gerais de Balsas entre 2002 e 2007

Lavouras temporária	Produção (T)					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Soja	168.677	187.101	216.774	238.552	239.050	717.140
Arroz (em casca)	18.290	19.220	20.190	23.718	10.846	17.614
Feijão (em grão)	736	675	1.198	1.143	4.898	2.062

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

A valorização da terra faz com que esses produtores vendam propriedades nos seus Estados de origem e comprem terras a preços baixos. Isso faz com que essa atividade, assim como a antiga estrutura agrária do Nordeste, tenha como impactos negativos a concentração fundiária, e seja baseada na grande propriedade. Elias explica os impactos sobre a propriedade da terra:

Tal processo acirra o mercado de terras, e a torna cada vez mais cara e inacessível aos agricultores, que passam, cada vez mais, a ter a sobrevivência mediada por relações monetarizadas, em virtude de não possuírem mais condições de produzir a própria alimentação e muito menos de gerar renda

complementar. (ELIAS, 2006, p. 43).

Assim, a concentração de terras, por um lado, faz diminuir o cultivo dos produtos básicos da alimentação, que normalmente acontece em pequenas propriedades, o que Mançano (2006) chamou de desterritorialização da agricultura familiar. Poderíamos, ainda, explicar de duas formas a pressão do mercado para que esse agricultor venda as suas terras ou, quando não vendem, são impelidos pelas vantagens mais lucrativas de plantar soja, em virtude da valorização do produto. De outro lado, faz crescer gradativamente o número de expropriados nessa região, engrossando o montante de desocupados nas cidades, que, por causa da capitalização, crescem em decorrência do agronegócio.

O crescimento no número de pobres e indigentes é conseqüência desse processo. A população que migra para as cidades é adicionada ao exército de trabalhadores de reserva, que abastecem o setor de serviços, principalmente em Balsas, que, com a chegada desse empresariado agrícola, começa a ser objeto de um surto de crescimento e se destaca na região. É visível que esse fenômeno é uma evidência da territorialização do capital, com o agravamento da mercantilização da terra nessa região e a mudança da paisagem. O campesinato que utilizava a terra como “terra de trabalho” tem que ou sair da terra por obrigação, sem ser ressarcido em nada, ou vende barato para o grande empresário, que por sua vez, a transforma em “terra de negócio” (MARTINS, 1991), fazendo com que as estruturas que aí se mantinham até sua chegada, entrem em conflito, modificando as bases espaciais locais.

Essa modernização agrícola, com o avanço da agricultura globalizada, não exclui de maneira alguma as formas de exploração ditas não capitalistas. Em 2006, o número de ocorrências de trabalho escravo no Maranhão foi de 24, sendo 445 trabalhadores envolvidos nas denúncias e 284 libertados, sendo dois menores de idade, o que demonstra o uso da modalidade da superexploração do trabalho. Em Balsas, três fazendas foram denunciadas, encontrando-se 54 trabalhadores em condição de trabalho escravo, sendo que essas fazendas pertenciam a duas pessoas. Em Tasso Fragoso, outro município da microrregião, a fazenda Carolina foi denunciada por superexploração de trabalhadores, sendo 14 trabalhadores encontrados. Já no ano de 2007, foram registradas 32 ocorrências no Estado do Maranhão, envolvendo 732 trabalhadores nas denúncias e 378 pessoas libertadas, sendo 13 menores (CPT, 2006; 2007).

Territorialidades Camponesas no Espaço Maranhense

O campesinato, diante da quebra de suas estruturas, é contingenciando a trabalhar de forma direta para o capital, se assalariando. Nem o arrendamento é mais possível, pois a rentabilidade dada pela exploração direta da terra faz com que o empresário agrícola prefira cultivar a soja.

A expansão da soja no Maranhão, com suas atribuições, como a expropriação do campesinato, faz com que cada vez mais o número de conflitos no Estado se acentue. A ocorrência de conflitos, nos últimos onze anos no Maranhão, cresceu exponencialmente, significando em larga escala a mobilização do campesinato para não perder suas terras para o agronegócio, cada vez mais devastador, já que também cresceu a área total colhida, e a produção, a cada ano que passa, é recorde.

O número crescente das áreas em conflito é a representação da territorialidade camponesa e da espacialização da luta no Estado do Maranhão. No ano de 2006 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 66 conflitos, que envolviam 3.941 famílias, com uma área total maior do que 229.338ha. Já no ano de 2007, o número de ocorrências passou para 76 conflitos de terra, um aumento de 16 %, e envolvendo 5.818 famílias e o montante de área superior a 649.723ha. Na região de Gerais de Balsas, foram registrados cinco conflitos, nos Municípios de Alto Parnaíba, Balsas e Riachão. Em Balsas, 44 famílias estão sendo ameaçadas de expulsão de três áreas: Ribeirão da Areia/Data Nazaré, Fazenda Bom Jesus e Povoado Vão da Salina. A tabela 4 demonstra a tendência no crescimento dos conflitos no período de 1997 a 2007.

O aumento do número de conflitos no Estado do Maranhão no período de 1997 a 2005 foi de cerca de 420%, sendo que houve pequena queda no ano de 2006, porém, com a tendência ao crescimento voltando no ano de 2007. Percebemos que com a implementação das políticas neoliberais, essa tendência

nos últimos dez anos perdurou, com pequenas exceções que exprimem a política de criminalização dos movimentos sociais, ou, ainda, a política neoliberal de reforma agrária, baseada no modelo do Banco Mundial de compra de terras.

Além dos conflitos, temos também as ocupações, significando a territorialização do campesinato organizado. Em 2006, foram registradas duas ocupações no Estado do Maranhão, mobilizando aproximadamente 470 famílias, em uma área superior a 10.000ha. No ano de 2007, oito ocupações foram registradas, com 1.471 famílias mobilizadas e uma área superior a 66.549ha.

O aumento no número de conflitos e da quantidade de ocupações faz-nos pensar da grande conflitualidade do avanço das atividades da soja e da sua cadeia em relação ao campesinato nessa região. Essa conflitualidade é baseada numa dicotomia paradigmática dos modos de ver a propriedade, que, no âmbito do agronegócio, é a propriedade para o mercado, com vistas a obterem-se lucros. E no contexto do campesinato, a propriedade é familiar, e a terra, que é compartilhada, é meio de trabalho; além do confronto dos modos de se ver os modelos de desenvolvimento dos sujeitos envolvidos.

Considerações Finais

O avanço da moderna agricultura nas regiões de cerrado, no sul do Maranhão, com a mercantilização da terra, baseada nas cadeias produtivas comandadas por multinacionais, como a Cargill e a Bunge, faz com que a concentração da terra nessa região se acirre, tornando impossíveis atividades, até então cotidianas na região, como o arrendamento, fazendo com que o campesinato esteja subordinado perante, principalmente, o trabalho formal, a superexploração, ou pela sua produção, ou ainda, com a expulsão desses camponeses de suas terras.

Ante a expropriação, em seus vários sentidos, que acontece em larga escala nas regiões de avanço da soja, especialmente no sul do Maranhão, o campesinato se territorializa por meio das ocupações, espacializando-se em razão dos conflitos, produzindo outros espaço de lutas contra a territorialização do capital.

Notas

¹ A classificação de Andrade (1968) divide o Brasil em seis regiões: a Amazônia, o Meio Norte, o Nordeste, o Sudeste, o Centro-Oeste e o Sul. O Meio Norte, ou Nordeste Ocidental, compreende o Maranhão e o Piauí, apresentando-se como área de transição, com porções tipicamente amazônicas, de cerrado e aspectos também relacionados ao Nordeste propriamente dito.

Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e Problemas do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Maristela de Paula. **Os gaúchos descobrem o Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP, 1981. (Dissertação de mestrado).
- CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Conflitos no Campo Brasil 2006**. Goiânia: CPT Nacional, 2006.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Conflitos no Campo - Brasil 2007**. Goiânia: CPT Nacional, 2007.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (orgs.). **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2007**. Disponível em: www.ibge.gov.br; acesso em: 14/09/2008.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. 3. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- POULANTZAS, Nico. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRADO JR. Caio. **A Revolução Brasileira: Perspectivas em 1977**. 7ed. São Paulo: Brasiliense.1986.
- SANTOS, Milton. **A Natureza Do Espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção São Paulo: Hucitec, 1996.

- SANTOS, M. **Fronteira**: a expansão camponesa no vale do rio Caru. CNPq: 1983. (Relatório de Pesquisa).
- SODRÉ, Nelson W. **Formação Histórica do Brasil**. 12ed. Rio de Janeiro:BERTRAND BRASIL, 1987.
- WILKINSON, J. **O Estado, A agroindústria e a pequena produção**. Bahia: Ed.HUCITEC-CEPA, s/d.

Trabalho enviado em junho de 2008

Trabalho aceito em setembro de 2008